

# Sumário

Lista de abreviaturas .....	57
-----------------------------	----

## SEÇÃO I TEORIA DA CONSTITUIÇÃO PARTE I – TEORIA GERAL

<b>Capítulo I ▶ Conceitos básicos de teoria geral do Estado .....</b>	<b>63</b>
1. Considerações gerais .....	63
2. Estado, nação e pátria.....	63
3. Elementos do Estado .....	64
3.1. Território.....	66
3.2. Povo .....	66
3.3. Governo .....	68
3.3.1. O problema da soberania .....	68
3.3.1.1. Características do poder soberano .....	69
3.3.1.2. Soberania vs. autonomia .....	71
3.3.1.3. Tendência de enfraquecimento das soberanias nacionais .....	71
4. Forma de Estado .....	73
4.1. Plano do direito público internacional .....	73
4.2. Plano do direito constitucional.....	74
5. Divisão de poderes.....	76
6. Forma de governo .....	78
6.1. Classificação de Aristóteles.....	78
6.2. Classificação de Maquiavel.....	79
7. Sistema de governo .....	80
8. Regimes políticos .....	83
8.1. Regime político democrático .....	83
8.1.1. Pós-democracia?.....	84
<b>Capítulo II ▶ Constitucionalismo e direito constitucional.....</b>	<b>87</b>
1. Constitucionalismo.....	87
1.1. Constitucionalismo antigo .....	87
1.2. Constitucionalismo moderno .....	88

1.2.1.	Principais movimentos .....	89
1.3.	Constitucionalismos “contemporâneos” .....	90
1.3.1.	Constitucionalismo social .....	90
1.3.2.	Neoconstitucionalismo .....	91
1.3.2.1.	Positivismo, não positivismo ou pós-positivismo? .....	92
1.3.3.	Constitucionalismo global ou globalizado .....	97
1.3.4.	Transconstitucionalismo .....	98
1.3.5.	Patriotismo constitucional .....	98
2.	Direito constitucional .....	99
2.1.	Conceito .....	99
2.2.	Origem .....	99
2.3.	Objeto .....	99
2.4.	Natureza .....	100
2.5.	Espécies ou divisão do direito constitucional .....	101
2.5.1.	Direito constitucional e teoria da constituição .....	102
2.6.	Relações do direito constitucional com os demais ramos do direito .....	102

<b>Capítulo III ▶ Constituição, classificação das constituições e evolução constitucional brasileira .....</b>	<b>103</b>
1. Constituição .....	103
1.1. Conceitos .....	103
1.1.1. Conceitos histórico e moderno .....	103
1.1.2. Perspectivas conceituais .....	104
1.2. Documentos que deram origem às constituições modernas .....	106
2. Classificação das constituições .....	106
2.1. Quanto ao conteúdo .....	106
2.2. Quanto à estabilidade .....	107
2.3. Quanto à forma .....	108
2.4. Quanto à origem .....	108
2.5. Quanto ao modo de elaboração .....	110
2.6. Quanto à extensão .....	110
2.7. Quanto à essência .....	110
2.8. Outras denominações .....	111
2.9. Classificação da Constituição de 1988 .....	112
3. Evolução constitucional do Estado brasileiro .....	114
3.1. Constituição de 1824 .....	114
3.2. Constituição de 1891 .....	115
3.3. Constituição de 1934 .....	115
3.4. Constituição de 1937 .....	116
3.5. Constituição de 1946 .....	116

3.6.	Constituição de 1967.....	117
3.7.	Emenda Constitucional ou Constituição de 1969? .....	117
3.8.	Constituição de 1988.....	117
<b>Capítulo IV ► Poder constituinte e suas manifestações .....</b>		<b>121</b>
1.	Teorias do poder constituinte.....	121
1.1.	Origens.....	121
1.2.	Conceito de poder constituinte.....	121
1.3.	Natureza: poder de fato ou de direito?.....	121
1.4.	Titularidade e exercício.....	122
1.4.1.	Usurpação do poder constituinte .....	123
1.4.2.	“Bootstrapping” constitucional.....	123
2.	Espécies de poder constituinte.....	124
2.1.	Poder constituinte originário.....	125
2.1.1.	Características do poder constituinte originário.....	126
2.1.2.	Limites do poder constituinte originário .....	127
2.1.3.	Poder de revolução .....	129
2.2.	Poder constituinte derivado .....	131
2.2.1.	Características.....	132
2.2.2.	Espécies.....	132
2.2.2.1.	Poder constituinte derivado reformador .....	132
2.2.2.2.	Poder constituinte derivado decorrente.....	133
2.2.2.2.A.	Divisão do poder constituinte derivado decorrente.....	133
2.2.2.2.B.	Poder constituinte decorrente no âmbito do Distrito Federal e dos Municípios .....	133
2.2.2.2.C.	Limites do poder constituinte derivado decorrente.....	135
2.2.2.2.C.1.	Limites previstos pela Constituição Federal.....	135
2.2.2.2.C.2.	Limites ao poder constituinte decorrente reformador instituídos pelo próprio constituinte decorrente institucionalizador .....	138
2.2.2.2.C.3.	Limites constitucionais e supremacia do constituinte decorrente sobre os poderes constituídos estaduais .....	138
2.2.2.2.D.	Poder constituinte derivado decorrente e criação de novas hipóteses de foro especial por prerrogativa de função.....	139

2.2.2.2.E.	Poder constituinte derivado decorrente e autonomia municipal.....	140
2.3.	Poder constituinte difuso.....	141
3.	Modificações constitucionais .....	142
3.1.	Reformas constitucionais e poder de reforma constitucional .....	143
3.1.1.	Espécies do poder de reforma constitucional .....	143
3.1.1.1.	Poder de emenda.....	143
3.1.1.2.	Poder de revisão .....	143
3.1.2.	Limitações ao poder de reforma.....	144
3.1.2.1.	Limitações temporais .....	145
3.1.2.2.	Limitações circunstanciais.....	146
3.1.2.2.A.	Alcance das limitações circunstanciais.....	146
3.1.2.3.	Limitações formais ou procedimentais .....	147
3.1.2.4.	Limitações materiais.....	148
3.1.2.4.A.	Limitações materiais explícitas.....	149
3.1.2.4.A.1.	Significado da expressão “tendente a abolir” contida no § 4º do art. 60 da CF/88.....	152
3.1.2.4.A.2.	Ampliação virtual das limitações explícitas? .....	152
3.1.2.4.B.	Limitações materiais implícitas .....	154
3.1.2.4.C.	Limitações materiais implícitas vs. limitações lógicas.....	155
3.1.2.4.C.1.	O “puzzle” constitucional ou paradoxo da autoemenda .....	158
3.1.3.	Teoria da “dupla reforma” ou da reforma em “dois tempos” .....	162
3.1.4.	Controle de constitucionalidade de reformas constitucionais: normas “constitucionais” inconstitucionais?.....	164
3.2.	Mutação constitucional.....	165
3.2.1.	Hierarquia normativa.....	169
3.2.2.	Mutação constitucional e retroatividade .....	169
3.2.3.	Mutação constitucional por obra da legislação .....	170
3.2.4.	Limites das mutações constitucionais: mutações constitucionais inconstitucionais? .....	173
<b>Capítulo V ► Efeitos de nova constituição e de reformas constitucionais .....</b>		<b>175</b>
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	175
2.	Normas constitucionais e antinomias: critérios de resolução.....	175
2.1.	Nova constituição vs. constituição anterior .....	175
2.2.	Nova constituição vs. legislação infraconstitucional anterior.....	176

2.2.1.	Conseqüências práticas da adesão do STF à teoria da simples revogação .....	177
3.	Recepção .....	178
3.1.	Postulados da recepção constitucional .....	179
3.2.	Recepção transversa decorrente de modulação decisória .....	180
4.	Filtragem constitucional .....	181
5.	Repristinação .....	181
5.1.	Repristinação vs. “efeito repristinatório” .....	182
6.	Constitucionalidade superveniente .....	184
6.1.	Emenda constitucional e normas corretivas .....	185
7.	Desconstitucionalização .....	186
7.1.	Desconstitucionalização da constituição anterior .....	186
7.2.	Desconstitucionalização da atual constituição .....	188
8.	Efeitos retroativos das normas .....	188
8.1.	Teorias subjetivista e objetivista .....	189
8.2.	<i>Status</i> constitucional do princípio da não retroatividade .....	191
8.3.	Tipos de retroatividade .....	191
8.3.1.	Retroatividades máxima, média e mínima .....	191
8.3.2.	Retroatividade mínima ou efeito imediato “forte” da norma (retrospectividade)? .....	192
8.3.3.	Retroatividades restituidora, ordinária e temperada .....	195
8.3.4.	Prospectividade, retroatividade, retrospectividade e pós-atividade das normas .....	195
8.3.5.	Retroatividade em sentido forte e em sentido fraco .....	196
8.4.	Normas constitucionais originais e efeitos retroativos .....	197
8.5.	Emendas constitucionais e efeitos retroativos .....	198
8.6.	Constituições estaduais e efeitos retroativos .....	202
8.7.	Normas infraconstitucionais e efeitos retroativos .....	202
8.8.	Revisões interpretativas e efeitos retroativos .....	223
<b>Capítulo VI ▶ Sistemas normativos jurídicos e constituição .....</b>		<b>225</b>
1.	Sistemas normativos jurídicos e ordenamento jurídico .....	225
1.1.	Sistemas jurídicos nas perspectivas estática e dinâmica de produção normativa .....	225
1.2.	Sistemas jurídicos nas perspectivas temporais momentânea e diacrônica ...	226
2.	Ordenamento jurídico e constituição .....	227
3.	Elementos das constituições .....	227
4.	Fontes de direito constitucional .....	229
4.1.	Tipos de fontes de direito constitucional .....	230
4.1.1.	Fontes diretas vs. indiretas .....	230

4.1.2.	Fontes formais vs. fontes informais.....	231
4.2.	Fontes do direito constitucional brasileiro.....	232
4.2.1.	Preâmbulo da Constituição.....	232
4.2.2.	Convenções e costumes constitucionais.....	233
4.2.3.	Fontes em espécie.....	235
5.	Constituição como sistema normativo aberto.....	235
6.	Constituição como sistema normativo sem hierarquia interna.....	236
7.	Constituição como sistema normativo composto de regras e princípios.....	237
7.1.	Diferenciação entre regras e princípios.....	237
7.2.	Normatividade dos princípios.....	238
7.2.1.	Teoria restritiva: só as regras são normas.....	238
7.2.2.	Teoria extensiva: regras e princípios são espécies de normas.....	239
7.2.2.1.	Distinção “forte” entre regras e princípios.....	240
7.2.2.2.	Distinção “fraca” entre regras e princípios.....	243
7.2.3.	Constituição de 1988 e normatividade dos princípios.....	245
7.3.	Postulados normativos?.....	245
8.	Constituição de 1988 e princípios fundamentais.....	246
8.1.	Princípios fundamentais explícitos.....	246
8.1.1.	Forma de Estado.....	247
8.1.2.	Divisão de poderes.....	247
8.1.2.1.	Delegação de poderes.....	249
8.1.3.	Sistema de governo.....	249
8.1.4.	Forma de governo.....	249
8.1.5.	Regime político.....	250
8.1.6.	Estado Democrático de Direito.....	250
8.1.7.	Fundamentos do Estado brasileiro.....	250
8.1.7.1.	Soberania.....	250
8.1.7.2.	Cidadania.....	251
8.1.7.3.	Dignidade da pessoa humana.....	252
8.1.7.3.A.	“Status” normativo superior?.....	255
8.1.7.4.	Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.....	256
8.1.7.5.	Pluralismo político.....	257
8.1.8.	Objetivos do Estado brasileiro.....	257
8.1.9.	Princípios reguladores da atuação do Estado brasileiro nas relações internacionais.....	257
8.2.	Princípios fundamentais implícitos.....	258
8.2.1.	Princípio da supremacia constitucional.....	258
8.2.2.	Princípio da segurança jurídica.....	259

8.2.3.	Princípio da presunção da constitucionalidade dos atos do Poder Público .....	260
8.2.4.	Princípio da proporcionalidade.....	262
8.2.4.1.	Disputa terminológica.....	262
8.2.4.2.	Fundamento constitucional.....	263
8.2.4.3.	Aplicações do princípio da proporcionalidade .....	264
8.2.4.4.	Subprincípios do princípio da proporcionalidade.....	265
8.2.4.5.	Teoria dos “cinco passos” do teste da proporcionalidade.....	268
8.2.4.6.	A banalização do princípio da proporcionalidade .....	268
8.2.5.	Princípio da razoabilidade.....	269
8.2.5.1.	Proporcionalidade vs. razoabilidade .....	269
8.2.5.2.	Tipos jurídicos de razoabilidade .....	270
8.2.5.2.1.	Razoabilidade em sentido fraco (“razoabilidade prudencial”) .....	270
8.2.5.2.2.	Razoabilidade em sentido forte (“razoabilidade ponderativa”) .....	271
8.2.5.2.3.	Razoabilidade como “racionalidade qualificada” .....	272
8.2.5.3.	Razoabilidade como “equidade”, como “congruência” e como “equivalência”.....	273
8.2.5.4.	Conexões entre a razoabilidade e a proporcionalidade no direito brasileiro .....	274
8.2.5.5.	Aplicação jurisprudencial do princípio da “razoabilidade” .....	277
9.	Lacunas constitucionais .....	278
9.1.	Lacunas jurídicas e a cláusula de fechamento.....	278
9.1.1.	Tipologia das lacunas jurídicas mais importantes para o direito constitucional.....	279
9.2.	Integração de lacunas constitucionais.....	281
<b>Capítulo VII ▶ Hermenêutica constitucional.....</b>		<b>283</b>
1.	Hermenêutica e interpretação .....	283
1.1.	Considerações gerais .....	283
2.	Teorias da interpretação jurídica .....	284
2.1.	Concepções de interpretação jurídica.....	284
2.1.1.	“In claris non fit interpretatio”? .....	284
2.2.	Interpretações cognitiva e decisória.....	285
2.3.	Interpretações em abstrato e em concreto.....	285
2.4.	Escolas interpretativas cognitiva, cética e mista .....	286

2.5. Teorias subjetivistas e objetivistas .....	287
2.6. Teorias da interpretação constitucional.....	288
3. Texto como limite da interpretação.....	289
4. Disposição normativa vs. norma .....	290
5. Normas explícitas e normas implícitas .....	292
6. Interpretação e antinomias jurídicas.....	292
6.1. Principais classificações das antinomias.....	292
6.1.1. Quanto à extensão .....	292
6.1.2. Quanto ao plano de incidência.....	293
6.2. Prevenção e resolução de antinomias .....	294
6.3. Resolução de antinomias por meio do “diálogo das fontes” .....	294
7. Fontes interpretativas .....	296
7.1. Interpretação constitucional “autêntica”? .....	298
8. Ampliação dos intérpretes constitucionais: a “sociedade aberta dos intérpretes da constituição” .....	298
9. Interpretação vs. aplicação.....	299
10. Aplicação de regras vs. concretização de princípios .....	300
11. Subsunção vs. ponderação .....	301
11.1. Subsunção .....	301
11.1.1. Subsunção e antinomias jurídicas .....	302
11.2. Ponderação .....	303
11.2.1. Ponderação abstrata .....	304
11.2.2. Ponderação concreta (ou “ad hoc”) .....	305
11.3. Ceticismo quanto à ponderação .....	306
11.4. Quando subsumir e quando ponderar?.....	308
12. Fenômeno da “derrotabilidade” das normas .....	310
12.1. Linhas gerais.....	310
12.2. Tipos de normas sujeitas à derrotabilidade.....	313
12.3. Derrotabilidade diacrônica e sincrônica.....	314
13. Hermenêutica tipicamente constitucional.....	315
13.1. Métodos interpretativos tipicamente constitucionais.....	316
13.1.1. Espécies de métodos interpretativos.....	316
13.2. Princípios interpretativos tipicamente constitucionais.....	318
13.3. Interpretação vs. construção constitucionais.....	320
13.4. Princípio da interpretação conforme a constituição.....	320
13.4.1. Princípio da interpretação conforme a constituição e o controle de constitucionalidade .....	322



13.4.2. Natureza jurídica do princípio da interpretação conforme a constituição: princípio interpretativo ou técnica de controle de constitucionalidade?.....	323
---	-----

<b>Capítulo VIII ▶ Existência, validade, vigência, eficácia, efetividade e aplicabilidade das normas constitucionais.....</b>	<b>329</b>
1. Existência normativa .....	329
1.1. Existência das normas constitucionais.....	330
2. Validade normativa.....	331
2.1. Validade das normas constitucionais? .....	334
3. Vigência normativa.....	335
3.1. Vigência das normas constitucionais .....	342
4. Eficácia normativa .....	343
5. Efetividade normativa .....	345
5.1. Efetividade das normas constitucionais.....	346
6. Aplicabilidade normativa.....	347
7. Classificação das normas constitucionais conforme a aplicabilidade.....	349
7.1. Cláusula de aplicabilidade imediata .....	350
8. Classificação de José Afonso da Silva .....	352
8.1. Normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata.....	352
8.2. Normas de eficácia contida e aplicabilidade imediata .....	353
8.3. Normas de eficácia limitada e aplicabilidade mediata.....	354
8.3.1. Normas definidoras de princípio institutivo.....	355
8.3.2. Normas definidoras de princípio programático .....	355
9. Normas de eficácia absoluta ou total.....	357
10. Normas de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada .....	357

## PARTE II – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

<b>Capítulo I ▶ Controle de constitucionalidade: teoria geral.....</b>	<b>361</b>
1. Constituição e direito processual.....	361
2. Jurisdição constitucional.....	362
2.1. Jurisdição constitucional e direitos fundamentais .....	362
2.1.1. Jurisdição constitucional das liberdades.....	362
2.1.2. “Writs” ou remédios constitucionais.....	363
2.1.3. Conceitos formal e material de jurisdição constitucional.....	363
3. Supremacia constitucional e controle de constitucionalidade .....	363
4. Inconstitucionalidade.....	364
4.1. Tipos de inconstitucionalidade.....	364

4.1.1.	Inconstitucionalidade formal.....	364
4.1.1.1.	Inconstitucionalidade formal por quebra de decoro parlamentar?.....	366
4.1.2.	Inconstitucionalidade orgânica .....	368
4.1.3.	Inconstitucionalidade material.....	368
4.1.4.	Inconstitucionalidade por ação .....	369
4.1.5.	Inconstitucionalidade por omissão.....	369
4.1.5.1.	Tipos da inconstitucionalidade por omissão.....	372
4.1.5.1.A.	Inconstitucionalidade por omissão “em sentido formal” e “em sentido material” .....	372
4.1.5.1.B.	Inconstitucionalidade por omissão total....	373
4.1.5.1.C.	Inconstitucionalidade por omissão parcial .....	373
4.1.5.1.D.	Inconstitucionalidade por omissão relativa.....	373
4.1.5.1.D.1.	Inconstitucionalidade por omissão relativa “explícita” e “implícita” .....	375
4.1.5.1.D.2.	Diferenças entre a omissão inconstitucional “parcial” e a “relativa” ...	376
4.1.5.1.E.	Inconstitucionalidades por omissões de soluções “definidas” e “indefinidas” .....	377
4.1.6.	Inconstitucionalidade originária .....	378
4.1.7.	Inconstitucionalidade superveniente.....	378
4.1.8.	Inconstitucionalidade total.....	378
4.1.9.	Inconstitucionalidade parcial.....	379
4.1.10.	Inconstitucionalidade consequente ou “por arrastamento” ou “por atração” .....	380
4.1.11.	Inconstitucionalidade progressiva.....	380
4.1.12.	Estado de coisas inconstitucional (ECI).....	381
4.1.13.	Inconstitucionalidade circunstancial ou transitória?.....	383
4.2.	Inconstitucionalidade vs. ilegalidade: inconstitucionalidade direta e indireta.....	385
4.3.	Inconstitucionalidade e institutos correlacionados.....	387
4.3.1.	Inconstitucionalidade como antinomia jurídica .....	387
4.3.2.	Inconstitucionalidade em sentido estrito .....	388
4.3.3.	Contrariedade constitucional .....	388
4.3.4.	Descumprimento de preceito fundamental .....	389
5.	Regime de depreciação da inconstitucionalidade.....	390
5.1.	Disciplina da invalidação dos atos inconstitucionais.....	390
5.1.1.	Tese da nulidade .....	390

5.1.2.	Tese da anulabilidade .....	390
5.1.3.	Tese da declaração de simples incompatibilidade (inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade).....	391
5.1.3.1.	Simples incompatibilidade e decisões de “apelo ao legislador” .....	392
6.	Controle de constitucionalidade.....	393
6.1.	Conceito .....	393
6.2.	Controle de constitucionalidade vs. controle de convencionalidade.....	393
6.3.	Parâmetro de controle de constitucionalidade .....	396
6.3.1.	Aspecto material: o “bloco de constitucionalidade” .....	396
6.3.1.1.	Extensão do bloco de constitucionalidade às chamadas “normas interpostas”?.....	398
6.3.2.	Aspecto temporal do parâmetro de controle .....	399
6.3.2.1.	Parâmetro temporal amplo.....	399
6.3.2.2.	Parâmetro temporal restrito .....	400
7.	Espécies de controle de constitucionalidade .....	401
7.1.	Em relação ao órgão .....	401
7.1.1.	Controle político (não jurisdicional) .....	401
7.1.2.	Controle jurisdicional (judicial) .....	402
7.1.3.	Controle misto .....	402
7.2.	Em relação ao momento da realização .....	402
7.2.1.	Controle preventivo.....	402
7.2.2.	Controle repressivo .....	405
8.	Controle judicial da constitucionalidade.....	406
8.1.	Espécies .....	406
8.1.1.	Quanto à difusão da competência controladora .....	407
8.1.2.	Quanto ao plano de incidência do controle .....	407
8.1.3.	Quanto à finalidade do controle.....	408
8.1.4.	Quanto à via de controle.....	408
8.1.5.	Quanto à prevalência do controle .....	409
8.2.	Origem .....	410
8.2.1.	O controle judicial difuso/concreto .....	411
8.2.2.	O controle judicial concentrado/abstrato.....	411
8.3.	Controle de constitucionalidade no direito comparado: breve exposição....	412
8.3.1.	Modelo do Reino Unido .....	412
8.3.2.	Modelo francês.....	412
8.3.3.	Modelo norte-americano.....	413
8.3.4.	Modelo austríaco .....	413
8.3.5.	Modelo suíço.....	413

8.3.6.	Modelo português .....	413
8.3.7.	Modelo italiano .....	413
8.3.8.	Modelo alemão .....	414
<b>Capítulo II ▶ Controle de constitucionalidade no direito brasileiro: linhas gerais .....</b>		<b>417</b>
1.	Origens e desenvolvimento .....	417
1.1.	Controle judicial concreto .....	417
1.2.	Controle judicial abstrato .....	418
1.3.	Evolução constitucional .....	418
2.	Modelo atual de controle de constitucionalidade .....	422
2.1.	Titularidade do controle de constitucionalidade .....	422
2.1.1.	Poder de rejeição de leis inconstitucionais .....	422
2.1.2.	Tribunais de contas .....	423
2.1.2.1.	Subsistência da Súmula 347/STF após a Constituição de 1988 .....	424
2.1.3.	Tribunais administrativos .....	426
2.1.4.	Cortes arbitrais .....	426
2.1.5.	Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) .....	427
<b>Capítulo III ▶ Controle judicial da constitucionalidade concreta no direito brasileiro .....</b>		<b>431</b>
1.	Do controle judicial da constitucionalidade concreta/difusa .....	431
2.	Incidente de inconstitucionalidade nos tribunais .....	432
3.	Cláusula de reserva de plenário .....	436
3.1.	Natureza jurídica .....	437
3.2.	Extensão subjetiva .....	437
3.2.1.	Cláusula de reserva de plenário e Turmas do STF .....	438
3.2.2.	Cláusula de reserva de plenário e cortes administrativas .....	440
3.3.	Extensão objetiva .....	440
3.3.1.	Cláusula de reserva de plenário e fundamentos decisórios .....	442
3.3.2.	Cláusula de reserva de plenário e a Súmula Vinculante 10 .....	443
3.4.	Inaplicabilidade da cláusula de reserva de plenário .....	443
3.5.	Consequências da inobservância da cláusula de reserva de plenário .....	446
3.6.	A “derrotabilidade” das normas e a cláusula de reserva de plenário .....	447
4.	Declaração de ofício da inconstitucionalidade incidental .....	448
4.1.	Declaração da inconstitucionalidade de ofício nas instâncias recursais ordinárias .....	449
4.2.	Declaração da inconstitucionalidade de ofício nas instâncias recursais extraordinárias .....	449

4.2.1.	Recurso extraordinário: causa de pedir aberta? .....	451
4.2.2.	CPC/2015 e a extensão do princípio da causa de pedir aberta aos recursos de natureza extraordinária.....	455
4.2.2.1.	Recurso especial e declaração de inconstitucionalidade de ofício .....	457
4.3.	Declaração da inconstitucionalidade de ofício e a proibição de decisão surpresa (art. 10 do CPC/2015) .....	458
5.	Controle concreto/difuso contra ato normativo “em tese”.....	459
6.	Efeitos da decisão final .....	460
6.1.	Efeito retrospectivo "ex tunc" .....	460
6.1.1.	Exceções ao efeito retrospectivo “ex tunc”: prospectividade decisória e modulação temporal dos efeitos da declaração incidental de inconstitucionalidade.....	460
6.1.1.1.	Alterações de jurisprudência.....	461
6.1.1.2.	Situações fáticas consolidadas .....	463
6.1.1.3.	Princípio da segurança jurídica .....	464
6.1.2.	Requisitos formais à manipulação/modulação temporal dos efeitos das decisões proferidas no controle concreto de constitucionalidade .....	465
6.1.2.1.	Modulação originária e modulação derivada .....	465
6.1.2.2.	Competência exclusiva do STF?.....	466
6.1.2.3.	Quórum necessário à modulação nos tribunais .....	469
6.2.	Efeito <i>intra partes</i> .....	474
7.	Papel do Senado Federal no controle concreto de constitucionalidade .....	474
8.	Efeitos transcendentais das decisões do STF no controle concreto de constitucionalidade .....	476
8.1.	Tese da mutação constitucional .....	476
8.2.	Decisão do incidente de inconstitucionalidade e a vinculação dos órgãos fracionários do respectivo tribunal .....	478
8.3.	Tendência transcendente das decisões do STF em recurso extraordinário .....	479
8.3.1.	Transcendência fraca: recurso extraordinário da Lei dos Juizados Especiais Federais.....	480
8.3.2.	Transcendência forte: recurso extraordinário de repercussão geral .....	480
8.3.3.	Transcendência fortíssima: CPC/2015 e o efeito vinculante das decisões proferidas em recurso extraordinário repetitivo .....	484
8.4.	O CPC/2015 e a tentativa de instituir o "stare decisis" por via legislativa: inconstitucionalidade parcial.....	484
8.5.	Outros argumentos em prol da transcendência .....	487
9.	Coisa julgada inconstitucional .....	488
9-A.	Inconstitucionalidade e coisa julgada .....	488

9-B. Relativização da coisa julgada inconstitucional.....	490
9-C. Relativização da coisa julgada “inconstitucional” nas relações jurídicas continuativas e não continuativas .....	494
9.1. Meios de impugnação da coisa julgada inconstitucional .....	496
9.1.1. Ação rescisória .....	498
9.1.2. Impugnação rescisória ao cumprimento de sentença inconstitucional .....	502
9.1.3. Pedido de revisão de efeitos da coisa julgada em razão de superveniente modificação no estado de fato ou de direito .....	505
9.1.4. Pedido rescisório contra sentença inconstitucional proferida por juizado especial cível.....	508
10. Controle concreto/difuso e tipos de ações.....	508
10.1. Limites e possibilidades da utilização da ação civil pública e da ação popular no controle de constitucionalidade difuso/concreto.....	509
10.2. Representações interventivas federais.....	511
10.2.1. Ação direta interventiva.....	512
10.2.1.1. Ação direta interventiva estadual .....	515
10.2.2. Representação contra a recusa à execução de lei federal.....	515
<b>Capítulo IV ▶ Controle judicial da constitucionalidade abstrata no direito brasileiro: linhas gerais .....</b>	<b>517</b>
1. Questões terminológicas.....	517
2. Características do controle abstrato .....	518
3. Controle abstrato e tipo específico de processo judicial .....	519
4. Processo objetivo .....	519
4.1. Princípios gerais do processo objetivo.....	519
4.1.1. Princípio da instrumentalidade “reforçada” .....	520
4.1.2. Princípio da acessibilidade limitada ao processo objetivo .....	520
4.1.3. Princípio do interesse objetivamente considerado .....	520
4.1.4. Princípio da congruência ao pedido .....	520
4.1.5. Princípio da abertura da causa de pedir .....	521
4.1.6. Princípio da especificação das normas paramétricas .....	522
4.1.7. Princípio da indisponibilidade .....	522
4.1.8. Princípio da instrução.....	522
4.1.9. Princípio do controle material.....	523
4.1.10. Princípio da publicidade.....	523
4.1.11. Princípio da irrecorribilidade .....	523
4.1.12. Princípio da não rescindibilidade.....	523
4.2. Materializações dos princípios específicos do processo objetivo .....	526
5. Órgãos controladores .....	528

6. Participação do Senado Federal? .....	529
7. Espécies de ações do controle abstrato .....	530
7.1. Contra atos comissivos.....	530
7.2. Contra atos omissivos .....	530

**Capítulo V ▶ Controle abstrato da constitucionalidade de atos comissivos: as ações diretas ..... 531**

1. Ações diretas e controle da constitucionalidade em face de atos comissivos .....	531
2. Teoria geral das ações diretas movidas contra atos comissivos .....	531
2.1. Objeto das ações diretas.....	531
2.1.1. Disposição e norma.....	531
2.1.2. Atos impugnáveis.....	532
2.1.2.1. Restrições quanto à hierarquia do ato impugnável .....	532
2.1.2.2. Restrição quanto à origem do ato impugnável.....	533
2.1.2.3. Restrição quanto ao conteúdo do ato impugnável .....	534
2.1.2.4. Restrição quanto à vigência e à eficácia do ato impugnável.....	536
2.1.2.5. Espécies de atos impugnáveis.....	538
2.1.2.6. Espécies de atos não impugnáveis .....	539
2.1.2.7. Controle abstrato de constitucionalidade das políticas públicas.....	541
2.2. Legitimidade ativa .....	542
2.2.1. Pertinência temática.....	544
2.2.2. Capacidade postulatória .....	546
2.3. Legitimidade passiva .....	547
2.4. Intervenção do Ministério Público.....	547
2.5. Intervenção do Advogado-Geral da União .....	547
2.6. Intervenção do <i>amicus curiae</i> .....	549
2.7. Quórum de julgamento.....	553
2.8. Medida cautelar nas ações diretas .....	554
3. Efeitos das decisões finais de mérito nas ações diretas .....	557
3.1. Termo inicial .....	557
3.2. Efeitos ordinários.....	557
3.2.1. Coisa julgada.....	557
3.2.2. Efeito “ex tunc” .....	559
3.2.3. Efeito “erga omnes” .....	559
3.2.4. Efeito vinculante .....	561
3.2.4.1. Extensão subjetiva.....	562
3.2.4.2. Extensão objetiva .....	563

3.2.4.3.	Efeito vinculante e limites da atuação jurisdicional .....	564
3.2.4.3.A.	Em relação ao próprio STF .....	564
3.2.4.3.B.	Em relação aos demais órgãos judiciais...	564
3.2.4.4.	Efeito vinculante e transcendência dos motivos determinantes .....	567
3.2.4.5.	Cabimento de reclamação constitucional.....	568
3.2.4.6.	Efeito vinculante e interdição à manipulação/modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade no âmbito do controle concreto/difuso.....	570
3.2.5.	Efeito revigorador (ou “represtinatório”) da legislação anterior.....	573
3.2.5.1.	Exceções ao efeito revigorador ou “represtinatório”.....	575
3.2.6.	Efeito ambivalente .....	576
3.3.	Efeitos extraordinários.....	576
3.3.1.	Manipulação (ou modulação) dos efeitos da decisão que reconhece a inconstitucionalidade .....	576
3.3.1.1.	Requisitos.....	578
3.3.1.2.	Reflexos materiais .....	579
3.3.2.	Manipulação (modulação) temporal “invertida”?.....	579
3.3.3.	Manipulação (modulação) temporal e declaração de não recepção de normas .....	580
3.4.	Atenuação dos efeitos das decisões finais do controle abstrato de constitucionalidade.....	581
3.4.1.	Fórmulas de preclusão .....	581
3.4.1.1.	Em especial: coisa julgada inconstitucional .....	582
4.	Técnicas decisórias.....	585
4.1.	Tentativa europeia de uniformização terminológica .....	585
4.2.	Técnicas decisórias empregadas pelo STF .....	586
4.2.1.	Declaração de constitucionalidade simples.....	586
4.2.2.	Declaração de inconstitucionalidade simples.....	586
4.2.3.	Declaração de inconstitucionalidade parcial com redução de texto .....	587
4.2.4.	Declaração de inconstitucionalidade sem redução do texto.....	588
4.2.5.	Declaração de (in)constitucionalidade da norma mediante interpretação conforme a constituição.....	589
4.2.5.1.	Diferença entre a declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto e a “interpretação conforme a constituição” .....	590
4.2.6.	Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade.....	594
4.2.7.	Declaração de inconstitucionalidade estendida ou “por arrastamento” .....	596



4.2.8.	Decisões “apelativas” ou de “apelo ao legislador” .....	597
4.3.	Nova tendência: incorporação de técnicas decisórias “manipulativas” .....	598
4.3.1.	Decisões manipulativas “aditivas” .....	599
4.3.1.1.	Decisões aditivas de garantia/de prestação .....	600
4.3.1.2.	Decisões “aditivas” de princípio .....	606
4.3.2.	Decisões manipulativas “substitutivas” .....	607
4.3.3.	Decisões manipulativas e “legislação positiva” .....	608
4.4.	Novíssima tendência: incorporação de decisões “dialogicas” .....	610
5.	Ações diretas em espécie .....	613
5.1.	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) .....	613
5.1.1.	Medida cautelar em ADI .....	615
5.2.	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC) .....	617
5.2.1.	Medida cautelar em ADC .....	618
5.3.	Ação direta de inconstitucionalidade perante os Tribunais de Justiça .....	619
5.3.1.	Parâmetro de controle .....	620
5.3.1.1.	Extensão do parâmetro às normas da Constituição Federal .....	620
5.3.1.2.	Normas da Constituição Federal reproduzidas pelo constituinte decorrente .....	620
5.3.2.	Legitimidade ativa .....	622
5.3.3.	Procedimento e efeitos decisórios .....	622
5.3.4.	Peculiaridades da ADI estadual .....	623
5.3.4.1.	Declaração incidental de inconstitucionalidade em face da Constituição Federal .....	623
5.3.4.2.	Tramitação simultânea de ADI federal e ADI estadual .....	623
5.3.5.	Controle recursal pelo STF: recurso extraordinário contra acórdão de ADI estadual .....	624
5.3.5.1.	Âmbito de alcance do controle recursal .....	624
5.3.5.2.	Peculiaridades processuais .....	625
5.3.5.3.	Natureza jurídica do controle .....	627
	<b>Capítulo VI ▶ Controle abstrato da constitucionalidade de atos omissivos .....</b>	<b>629</b>
1.	Controle da constitucionalidade abstrata em face de atos omissivos .....	629
1.1.	Considerações iniciais .....	629
2.	Das possíveis soluções judiciais para o problema das omissões inconstitucionais no âmbito do controle abstrato .....	630
3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) .....	631
3.1.	Finalidades .....	631
3.2.	Objeto .....	631

3.3.	Legitimação .....	632
3.4.	Procedimento .....	632
3.5.	Medida cautelar.....	633
3.6.	Confluências da ADO e da ADI .....	634
3.7.	Efeitos das decisões da ADO.....	635
3.7.1.	Efeitos diretos.....	635
3.7.2.	Efeitos reflexos .....	637
3.7.2.1.	Efeitos políticos .....	637
3.7.2.2.	Efeitos jurídicos.....	637
3.8.	Diferenças da ADO em face do mandado de injunção (MI).....	638
4.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) nos Tribunais de Justiça .....	640

<b>Capítulo VII ▶ Controle da constitucionalidade por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental .....</b>	<b>641</b>	
1.	Explicação inicial .....	641
2.	Histórico.....	641
3.	Conceito .....	642
4.	Natureza jurídica.....	642
5.	Parâmetro de controle .....	642
5.1.	Aspectos materiais: o que é preceito fundamental? .....	642
5.2.	Aspectos temporais.....	643
6.	Legitimidade.....	643
7.	Duplicidade das hipóteses de cabimento da ADPF.....	644
7.1.	Constitucionalidade .....	644
8.	Tipos de ADPF .....	645
8.1.	ADPF autônoma .....	645
8.2.	ADPF incidental .....	645
8.3.	ADPF preventiva.....	646
8.4.	ADPF repressiva.....	647
9.	Condições específicas da ADPF.....	647
9.1.	Princípio da subsidiariedade.....	647
9.1.1.	Teorias negativas.....	647
9.1.2.	Dimensões do princípio da subsidiariedade.....	648
9.2.	Relevância objetiva .....	651
10.	Fungibilidade entre ADPF e as ações diretas .....	652
11.	Objeto da ADPF.....	653
11.1.	Disposição e norma .....	653
11.2.	Atos impugnáveis.....	653

11.2.1.	Atos impugnáveis por meio de ADPF autônoma.....	653
11.2.1.1.	ADPF autônoma e impugnação de decisões judiciais....	656
11.2.2.	Atos impugnáveis por meio de ADPF incidental.....	657
12.	Procedimento .....	658
13.	Intervenção do Ministério Público.....	660
14.	Intervenção do Advogado-Geral da União .....	660
15.	Intervenção do "amicus curiae".....	660
16.	Intervenção especial .....	660
17.	Quórum de julgamento.....	661
18.	Medida liminar.....	661
19.	Efeitos da decisão final .....	661
19.1.	Efeitos ordinários.....	661
19.2.	Efeitos extraordinários.....	662
19.3.	Peculiaridades da ADPF incidental.....	662
20.	Inconstitucionalidade do art. 10, <i>caput</i> , da Lei 9.882/99.....	662

### PARTE III – TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

<b>Capítulo I ▶ Teoria geral dos direitos fundamentais.....</b>	<b>667</b>
1. Definições prévias .....	667
1.1. Direitos fundamentais.....	667
1.2. Direitos humanos.....	667
1.3. Direitos humanos <i>vs.</i> direitos fundamentais.....	667
1.4. Direitos <i>vs.</i> deveres fundamentais .....	669
1.5. Normas de direitos fundamentais e normas de garantias fundamentais .....	670
1.6. Normas de direitos fundamentais e normas de garantias institucionais.....	671
1.7. Direitos fundamentais em sentido formal e em sentido material.....	673
1.8. Direitos fundamentais aglomerados (“cluster-rights”).....	674
2. Origem e evolução dos direitos fundamentais.....	674
2.1. Novas tendências evolutivas: “fertilização cruzada” e “diálogo judicial” .....	676
3. Dimensões (ou gerações) dos direitos fundamentais.....	677
3.1. Direitos fundamentais de primeira dimensão .....	678
3.2. Direitos fundamentais de segunda dimensão .....	678
3.3. Direitos fundamentais de terceira dimensão .....	678
3.4. Direitos fundamentais de quarta dimensão .....	679
3.5. Direitos fundamentais de quinta dimensão?.....	680
4. Características normativas dos direitos fundamentais .....	681
4.1. Natureza constitucional dos direitos fundamentais.....	681

4.2.	Regras e/ou princípios: modelo duplo de regras/princípios .....	681
4.3.	Eficácia e aplicabilidade .....	684
5.	Diretrizes específicas para interpretação e aplicação das normas de direitos fundamentais .....	684
5.1.	Cláusula da aplicabilidade imediata .....	684
5.2.	Cláusula da complementaridade .....	686
5.3.	Cláusula da primazia do tratamento mais favorável .....	687
5.4.	Cláusula da proibição do retrocesso.....	691
5.5.	Efeito “backlash” e retrocessos em matéria de direitos fundamentais.....	698
6.	Sujeitos dos direitos fundamentais .....	699
6.1.	Sujeitos ativos .....	699
6.1.1.	Estrangeiros.....	700
6.1.2.	Pessoas jurídicas .....	703
6.2.	Sujeitos passivos.....	705
6.3.	Relações especiais de sujeição .....	706
6.4.	Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	707
6.4.1.	Eficácia “diagonal” dos direitos fundamentais? .....	710
7.	dupla Perspectiva dos direitos fundamentais.....	711
7.1.	Perspectiva subjetiva dos direitos fundamentais .....	711
7.2.	Perspectiva objetiva dos direitos fundamentais.....	712
8.	Predicados dos direitos fundamentais .....	716
8.1.	Historicidade .....	716
8.2.	Universalidade.....	717
8.3.	Indisponibilidade.....	717
8.4.	Imprescritibilidade .....	719
8.5.	Relatividade .....	723
8.5.1.	Dignidade da pessoa humana como exceção à relatividade dos direitos fundamentais?.....	724
8.6.	Não taxatividade .....	726
9.	Conflitos de direitos fundamentais.....	726
9.1.	Concorrência de direitos fundamentais .....	726
9.1.1.	Tipos de concorrência de direitos fundamentais .....	727
9.1.2.	Critérios de resolução .....	728
9.2.	Colisão de direitos fundamentais .....	729
9.2.1.	Tipos de colisões de direito fundamental .....	729
9.2.2.	Critérios de resolução .....	729
10.	Restrições a direitos fundamentais.....	730
10.1.	Teoria interna vs. teoria externa.....	730

10.2. Natureza jurídica das restrições .....	732
10.3. Instâncias de restrições normativas.....	733
10.4. Reservas de restrições legislativas.....	734
10.5. Garantia do conteúdo ou núcleo essencial dos direitos fundamentais.....	737
10.6. Proteção contra o efeito resfriador (“chilling effect”) .....	740
11. Suspensão dos direitos fundamentais .....	741
12. Teoria da “reserva do possível” .....	742
13. Teoria do “mínimo existencial” .....	744
13.1. Dupla dimensão do direito ao mínimo existencial .....	747
14. Classificação dos direitos fundamentais .....	748
14.1. Classificação segundo a Constituição de 1988.....	748
14.2. Classificação funcional dos direitos fundamentais .....	748
14.3. Direitos de defesa.....	749
14.4. Direitos de participação.....	749
14.5. Direitos a prestações.....	749
15. Direitos a prestações: problemática atual .....	750
15.1. Subclassificação dos direitos a prestações .....	750
15.1.1. Direitos de prestações jurídicas .....	750
15.1.2. Direitos a prestações materiais .....	751
15.1.3. Direitos a prestação originários e derivados.....	751
15.2. Tutela da efetividade dos direitos prestacionais.....	752
15.2.1. Poder de conformação autônoma do Poder Público .....	753
15.2.2. Reserva financeiramente do possível .....	753
15.2.3. Teoria do “mínimo social” (ou “mínimo existencial”) .....	755
15.2.4. Metodologia “fuzzy” aplicada aos direitos à prestação .....	755
15.2.5. Estratégias utilizadas na judicialização dos direitos prestacionais.....	757
16. Tratamento dado aos direitos fundamentais pela Constituição de 1988.....	759

## SEÇÃO II

### DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO

<b>Capítulo I ▶ Direitos fundamentais em espécie .....</b>	<b>763</b>
1. Definições prévias .....	763
1.1. Direitos individuais .....	763
1.2. Direitos individuais de expressão coletiva.....	763
1.3. Direitos coletivos <i>lato sensu</i> .....	763
1.3.1. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	764
1.4. Deveres fundamentais.....	766

1.4.1.	Classificação dos deveres fundamentais.....	766
1.5.	Abuso de direitos fundamentais.....	767
2.	Classificação dos direitos individuais na Constituição de 1988.....	768
3.	Direitos individuais e coletivos mais destacados.....	768
3.1.	Direito à vida.....	768
3.1.1.	Questões polêmicas.....	769
3.1.1.1.	Fixação do momento inicial da inviolabilidade do direito à vida.....	769
3.1.1.2.	Aborto.....	775
3.1.1.3.	Momento consumativo da morte.....	777
3.1.1.4.	Eutanásia terapêutica, ortotanásia e distanásia (direito de morrer?).....	777
3.1.1.5.	Direito ao testamento vital ou biológico (“living will”).....	779
3.1.1.6.	Natureza jurídica do cadáver.....	779
3.1.1.7.	Comercialização de órgãos, tecidos ou substâncias humanas.....	779
3.1.1.8.	Prolongamento da personalidade após a morte (eficácia “post mortem” da personalidade).....	780
3.1.1.8.A.	Reprodução assistida “post mortem”.....	781
3.1.1.9.	Pena de morte.....	783
3.2.	Direito à privacidade.....	785
3.2.1.	Teoria das esferas da personalidade.....	785
3.2.1.1.	Teoria da proteção débil das pessoas públicas.....	788
3.2.2.	Regime geral dos sigilos pessoais.....	788
3.2.3.	Direito à intimidade.....	790
3.2.3.1.	Inviolabilidade do domicílio.....	791
3.2.3.1.1.	Em especial: poder de fiscalização tributária e inviolabilidade domiciliar de estabelecimentos empresariais.....	796
3.2.3.2.	Sigilo de dados pessoais.....	797
3.2.3.2.A.	Sigilo de dados bancários.....	808
3.2.3.2.B.	Sigilo de dados fiscais.....	816
3.2.3.2.C.	Sigilo de dados processuais.....	817
3.2.3.2.D.	Sigilo de dados telefônicos.....	819
3.2.3.3.	Sigilo das comunicações em geral.....	820
3.2.3.3.A.	Sigilo das comunicações pessoais.....	826
3.2.3.3.A.1.	Sigilo de correspondência.....	829
3.2.3.3.A.2.	Sigilo das comunicações telegráficas.....	831

	3.2.3.3.A.3. Sigilo das comunicações telefônicas e telemáticas.....	831
	3.2.3.4. Sigilo profissional.....	835
3.2.4.	Direito de reparação ao dano moral individual e coletivo.....	836
3.2.5.	Direito à vida privada.....	837
	3.2.5.1. Direito à autodeterminação informativa e à governança algorítmica.....	837
3.2.6.	Direito à honra e à imagem.....	838
3.2.7.	Direito ao esquecimento.....	840
	3.2.7.1. Aspectos gerais.....	840
	3.2.7.2. Âmbito de proteção.....	842
	3.2.7.3. Casuística.....	844
	3.2.7.4. Em especial: o direito à desindexação de dados.....	845
	3.2.7.5. STF e o polêmico RE 1.010.606/RJ: o direito ao esquecimento deve ser esquecido?.....	848
	3.2.7.6. Tentativa de síntese.....	851
3.3.	Direito de igualdade.....	851
	3.3.A. Discriminações diretas e indiretas.....	854
	3.3.1. Igualdade formal, material e “corretiva”.....	856
	3.3.1.1. Igualdade formal.....	856
	3.3.1.2. Igualdade material.....	856
	3.3.1.3. Igualdade “corretiva”.....	858
	3.3.2. Âmbito normativo de proteção constitucional.....	858
	3.3.2-A. Repúdio ao racismo.....	859
	3.3.3. Princípio da igualdade e ações afirmativas.....	861
	3.3.3.1. Ações afirmativas e discriminação inversa (ou reversa)....	865
	3.3.4. Princípio da isonomia e discriminações em concursos públicos....	868
	3.3.5. Teoria do impacto desproporcional.....	870
	3.3.5.A. Teoria do impacto desproporcional vs. discriminação inversa arbitrária/indevida.....	871
3.4.	Direito à liberdade.....	871
	3.4.1. Liberdade de ação.....	872
	3.4.2. Liberdade de locomoção.....	872
	3.4.3. Liberdade de consciência.....	875
	3.4.3.1. Da escusa ou objeção de consciência.....	877
	3.4.3.1.A. Aspectos gerais.....	877
	3.4.3.1.B. Diferenciações necessárias.....	878
	3.4.3.1.C. Previsão normativa, aplicabilidade e eficácia.....	879

3.4.3.1.D.	Âmbito de proteção.....	880
3.4.3.1.E.	Tipos de escusa de consciência já admitidos (explícita ou implicitamente).....	884
3.4.3.1.F.	Restrições à invocação da escusa de consciência .....	888
3.4.3.1.G.	Objecção de consciência superveniente....	891
3.4.3.1.H.	Regime de penalidades .....	893
3.4.3.1.I.	Verificação estatal e ônus probatório das razões de consciência.....	895
3.4.4.	Liberdade de pensamento .....	898
3.4.5.	Liberdade de expressão.....	899
3.4.5.1.	Liberdade de manifestação do pensamento .....	899
3.4.5.2.	Liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.....	900
3.4.5.3.	Regime de restrições à liberdade de expressão .....	904
3.4.5.3.A.	Anonimato, “whistleblowing” e denúncias anônimas .....	911
3.4.5.3.B.	Conteúdos ofensivos, obscenos e discurso de ódio (“hate speech”).....	919
3.4.5.3.C.	Ordem e segurança públicas.....	925
3.4.5.3.D.	Veracidade e “fake news” .....	925
3.4.5.3.E.	Interesse público .....	927
3.4.5.3.F.	Propagandas eleitorais negativas .....	928
3.4.6.	Liberdade religiosa .....	929
3.4.7.	Liberdade de reunião .....	938
3.4.8.	Liberdade de associação .....	944
3.4.9.	Liberdade de representação associativa.....	947
3.4.9.1.	Associações, sindicatos e substituição processual .....	948
3.4.10.	Liberdade de exercício profissional.....	950
3.5.	Direito à propriedade.....	952
3.5.1.	Função social da propriedade urbana e rural .....	954
3.5.2.	Limitações ao direito de propriedade .....	958
3.5.2.1.	Expropriação .....	958
3.5.2.1.A.	Desapropriação.....	958
3.5.2.1.A.1.	Desapropriação judicial? .....	960
3.5.2.1.B.	Expropriação confiscatória .....	961
3.5.2.1.C.	Perdimento de bens.....	962
3.5.2.1.D.	Perdimento de bens vs. confisco de bens....	964
3.5.2.2.	Requisição administrativa e ocupação temporária de bens .....	964



3.5.2.2.A.	Requisição administrativa.....	964
3.5.2.2.B.	Ocupação temporária de bens .....	967
3.5.3.	Proibição do confisco .....	968
3.5.4.	Usucapião.....	969
3.5.5.	Direito de herança .....	970
3.6.	Garantias constitucionais (direitos à segurança).....	971
3.6.1.	Princípio da legalidade.....	972
3.6.1.1.	Subprincípios da legalidade.....	974
3.6.1.2.	Princípio da legalidade, direito de resistência e desobediência civil.....	974
3.6.1.3.	Legalidade e poder regulamentar .....	976
3.6.2.	Garantias de estabilidade das relações jurídicas: respeito ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada.....	977
3.6.2.1.	Proteção ao direito adquirido.....	978
3.6.2.1.A.	Tipologia e institutos correlatos .....	979
3.6.2.2.	Proteção ao ato jurídico perfeito.....	984
3.6.2.3.	Proteção à coisa julgada .....	984
3.6.2.3.A.	Âmbito de proteção.....	985
3.6.3.	Garantias processuais.....	991
3.6.3.1.	Princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional.....	991
3.6.3.1.A.	Exceções ao princípio .....	992
3.6.3.1.B.	Assuntos correlatos .....	998
3.6.3.2.	Princípio do devido processo legal.....	1002
3.6.3.2.A.	Devido processo legal “substancial” .....	1002
3.6.3.2.B.	Devido processo legal “processual” .....	1002
3.6.3.2.C.	Direito constitucional à prova .....	1016
3.6.4.	Garantias criminais .....	1033
3.6.4.1.	Vedações criminais expressas.....	1052
4.	Remédios constitucionais .....	1059
4.1.	Remédios constitucionais de natureza não jurisdicional .....	1059
4.1.1.	Direito de petição .....	1059
4.1.2.	Direito de receber informações .....	1060
4.1.3.	Direito a certidões .....	1064
4.2.	Remédios constitucionais jurisdicionais: os writs constitucionais.....	1065
4.2.1.	Mandado de segurança individual .....	1066
4.2.1.1.	Aspectos históricos .....	1066
4.2.1.2.	Direito líquido e certo .....	1067
4.2.1.3.	Objeto .....	1068

4.2.1.4.	Prazo decadencial .....	1070
4.2.1.5.	Legitimidade ativa.....	1071
4.2.1.6.	Legitimidade passiva .....	1073
4.2.1.7.	Competência.....	1075
4.2.1.8.	Decisão .....	1079
4.2.2.	Mandado de segurança coletivo .....	1082
4.2.3.	Mandado de injunção .....	1084
4.2.3.1.	Considerações gerais .....	1084
4.2.3.2.	Requisitos de admissibilidade .....	1086
4.2.3.3.	Finalidade do mandado de injunção.....	1088
4.2.3.3.A.	Posição do STF .....	1090
4.2.3.3.B.	Posição da Lei 13.300/2016.....	1092
4.2.3.4.	Legitimidade ativa.....	1093
4.2.3.5.	Legitimidade passiva .....	1094
4.2.3.6.	Competência.....	1094
4.2.3.7.	Procedimento .....	1095
4.2.3.7.A.	Suprimento da omissão antes da sentença e perda do objeto da ação .....	1096
4.2.3.8.	Liminar.....	1096
4.2.3.9.	Decisão final de mérito .....	1097
4.2.3.9.A.	Efeitos materiais .....	1097
4.2.3.9.B.	Efeitos subjetivos .....	1098
4.2.3.9.C.	Efeitos temporais .....	1099
4.2.3.9.D.	Ação revisional da injunção.....	1101
4.2.3.10.	Diferenças do mandado de injunção (MI) em face da ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) .....	1101
4.2.4.	“Habeas data” .....	1102
4.2.4.1.	Considerações gerais .....	1102
4.2.4.2.	Objeto .....	1102
4.2.4.3.	Legitimidade ativa.....	1104
4.2.4.4.	Legitimidade passiva .....	1104
4.2.4.5.	Competência.....	1105
4.2.4.6.	Peculiaridades procedimentais .....	1107
4.2.5.	Ação popular .....	1108
4.2.5.1.	Considerações gerais .....	1108
4.2.5.2.	Legitimidade ativa e passiva .....	1109
4.2.5.3.	Competência.....	1110
4.2.6.	“Habeas corpus” .....	1111

4.2.6.1.	Aspectos históricos .....	1111
4.2.6.2.	Natureza jurídica.....	1112
4.2.6.3.	Tipologia .....	1113
4.2.6.3.A.	Quanto ao momento da impetração.....	1113
4.2.6.3.B.	Quanto ao impulso processual .....	1114
4.2.6.3.C.	Quanto ao rol de beneficiários.....	1114
4.2.6.4.	Legitimidade ativa e passiva .....	1115
4.2.6.5.	Cabimento.....	1117
4.2.6.6.	Decadência.....	1120
4.2.6.7.	Competência.....	1120
4.2.6.8.	Procedimento .....	1123
5.	Direitos sociais .....	1126
5.1.	Conceito .....	1126
5.2.	Histórico .....	1126
5.3.	Aplicabilidade das normas de direito social.....	1126
5.4.	Sistemática da enunciação constitucional dos direitos sociais .....	1126
5.5.	Direitos sociais previstos no art. 6º .....	1127
5.6.	Direitos sociais previstos no art. 7º .....	1128
5.7.	Direitos sociais previstos nos artigos 8º a 11.....	1132
5.7.1.	Direitos individuais de expressão coletiva .....	1132
5.7.2.	Direitos sociais coletivos.....	1132
5.7.2.1.	Enumeração do art. 8º.....	1132
5.7.2.2.	Enumeração dos artigos 9º a 11 .....	1134
5.7.2.2.A.	Direito de greve dos trabalhadores da iniciativa privada .....	1134
5.7.2.2.B.	Direito de greve de servidores e empregados públicos.....	1137
5.7.2.2.C.	Direito de participação em colegiados de órgãos públicos .....	1140
5.7.2.2.D.	Direito de representação direta de trabalhadores em empresas de porte considerável .....	1141
6.	Direitos políticos.....	1141
6.1.	Conceito .....	1141
6.2.	Titularidade .....	1141
6.3.	Alistamento eleitoral .....	1141
6.4.	Gratuidade .....	1142
6.5.	Direitos políticos positivos vs. negativos .....	1142
6.6.	Direitos políticos positivos .....	1142

6.6.1.	Direito de sufrágio.....	1142
6.6.1.1.	Direito de votar (sufrágio ativo) .....	1143
6.6.1.1.A.	Obrigatoriedade.....	1144
6.6.1.1.B.	Facultatividade.....	1145
6.6.1.1.C.	Indelegabilidade .....	1145
	6.6.1.1.C.1. Exceção à indelegabilidade: eleições indiretas para mandatários do Executivo .....	1145
6.6.1.1.D.	Universalidade .....	1146
6.6.1.1.E.	Igualdade .....	1146
6.6.1.1.F.	Confidencialidade .....	1146
6.6.1.2.	Direito de ser votado (sufrágio passivo) .....	1147
6.6.1.2.A.	Elegibilidade vs. inelegibilidade .....	1148
6.6.1.2.1.	Condições de elegibilidade.....	1149
	6.6.1.2.1.1. Elegibilidade plena .....	1153
	6.6.1.2.1.2. Condições especiais de ele- gibilidade dos militares.....	1153
	6.6.1.2.1.3. Elegibilidades supervenien- tes.....	1154
6.7.	Direitos políticos negativos .....	1154
6.7.1.	Privação dos direitos políticos .....	1155
6.7.2.	Suspensão dos direitos políticos .....	1155
6.7.2.1.	Suspensão de direitos políticos e registros da Justiça Eleitoral .....	1161
6.7.3.	Perda de direitos políticos .....	1162
6.7.4.	Causas de inelegibilidade.....	1162
6.7.4.1.	Tipologia das causas de inelegibilidade .....	1163
6.7.4.2.	Inelegibilidades supervenientes .....	1166
6.8.	Formas de participação popular no regime democrático .....	1167
6.8.1.	Plebiscito e referendo .....	1168
6.8.2.	Iniciativa popular.....	1169
6.8.3.	Ação popular .....	1171
6.8.4.	Tribunal do júri.....	1171
6.8.5.	Direito de organização e associação a partidos políticos .....	1171
7.	Direitos da nacionalidade .....	1173
7.1.	Conceitos .....	1173
7.2.	Classificação .....	1174
7.3.	Critérios de determinação da nacionalidade .....	1174
7.4.	Conflitos de nacionalidade .....	1174

7.4.1.	Conflitos positivos.....	1174
7.4.2.	Conflitos negativos.....	1174
7.5.	Hipóteses de nacionalidade originária brasileira.....	1175
7.5.1.	Critério do “ius solis”.....	1175
7.5.1.1.	Conceito de território nacional para fins de determinação da nacionalidade brasileira.....	1175
7.5.2.	Critério do “ius sanguinis”.....	1176
7.5.2.1.	Peculiaridades da nacionalidade potestativa.....	1177
7.6.	Hipóteses de nacionalidade brasileira derivada (naturalização).....	1178
7.6.1.	Naturalização extraordinária.....	1179
7.6.2.	Naturalização especial.....	1179
7.6.3.	Naturalização provisória.....	1179
7.6.4.	Início da eficácia da naturalização.....	1179
7.7.	Perda da nacionalidade brasileira.....	1180
7.7.1.	Eficácia temporal da EC 131/2023.....	1183
7.8.	Reaquisição da nacionalidade.....	1184
7.9.	Condição jurídica do brasileiro.....	1185
7.10.	Condição jurídica do estrangeiro.....	1185
7.11.	Medidas de retirada compulsória de estrangeiro.....	1188
7.11.1.	Repatriação.....	1189
7.11.2.	Deportação.....	1189
7.11.3.	Expulsão.....	1190
7.12.	Medidas de proteção humanitária a estrangeiros.....	1191
7.12.1.	Asilo.....	1191
7.12.2.	Refúgio humanitário.....	1192
7.12.3.	Proteção ao apátrida.....	1193
7.13.	Medidas de cooperação internacional.....	1194
7.13.1.	Extradição.....	1194
7.13.1.1.	Extradição passiva.....	1194
7.13.1.2.	Extradição ativa.....	1197
7.13.2.	Transferência da execução penal.....	1197
7.13.3.	Transferência de pessoa condenada.....	1198
7.13.4.	A “entrega” ao TPI – Tribunal Penal Internacional.....	1198
7.13.5.	Extradição vs. entrega: inconstitucionalidade parcial do Tratado de Roma?.....	1199
<b>Capítulo II ► Organização político-administrativa brasileira.....</b>		<b>1201</b>
1.	Federação brasileira.....	1201
1.1.	Componentes.....	1201

1.2.	Vedações constitucionais de natureza federativa.....	1201
1.3.	Capital .....	1203
1.4.	Idiomas e símbolos oficiais.....	1203
1.5.	Posição dos Territórios Federais.....	1203
1.6.	Sistema de execução de serviços.....	1205
2.	União .....	1205
2.1.	Conceito.....	1205
2.2.	Personalidade jurídica.....	1205
2.3.	Bens da União .....	1206
2.4.	Regiões integradas de desenvolvimento econômico.....	1207
3.	Estados.....	1208
3.1.	Formação .....	1208
3.2.	Autonomia.....	1209
3.2.1.	Auto-organização e autolegislação .....	1209
3.2.2.	Autogoverno.....	1210
3.2.3.	Autoadministração.....	1210
3.2.4.	Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões ...	1210
3.3.	Bens dos Estados.....	1211
4.	Municípios .....	1212
4.1.	Formação .....	1212
4.2.	Autonomia.....	1213
4.2.1.	Auto-organização e legislação.....	1213
4.2.2.	Autogoverno.....	1213
4.2.3.	Autoadministração.....	1214
5.	Distrito Federal .....	1214
5.1.	Autonomia.....	1214
5.1.1.	Auto-organização e autolegislação .....	1214
5.1.2.	Autogoverno.....	1215
5.1.3.	Autoadministração.....	1215
5.1.4.	Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões ...	1217
6.	Repartição de competências.....	1217
6.1.	Princípios gerais.....	1217
6.1.1.	Princípio da predominância do interesse.....	1217
6.1.2.	Princípio da subsidiariedade.....	1217
6.1.3.	Princípio dos poderes implícitos .....	1218
6.2.	Técnicas de repartição.....	1219
6.2.1.	Repartição horizontal.....	1219
6.2.2.	Repartição vertical.....	1219

6.3.	Sistema da Constituição de 1988 .....	1220
6.4.	Espécies de competências .....	1220
6.4.1.	Quanto à forma .....	1220
6.4.2.	Quanto à extensão .....	1221
6.4.3.	Quanto à origem .....	1227
6.4.4.	Outras espécies de competências .....	1227
7.	Resolução JUDICIAL de conflitos federativos .....	1228
<b>Capítulo III ▶ Intervenção federativa .....</b>		<b>1229</b>
1.	Conceito de intervenção federativa .....	1229
2.	Princípios gerais .....	1229
3.	Tipos de intervenção .....	1230
3.1.	Intervenção federal .....	1230
3.2.	Intervenção estadual .....	1230
4.	Consequências do ato interventivo .....	1231
5.	Intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal .....	1231
5.1.	Intervenção federal espontânea .....	1231
5.1.1.	Pressupostos materiais .....	1231
5.1.2.	Pressupostos formais .....	1232
5.2.	Intervenção federal provocada .....	1232
5.2.1.	Por solicitação .....	1232
5.2.2.	Por requisição .....	1233
5.3.	Do decreto interventivo .....	1235
5.4.	Controles da intervenção federal .....	1235
5.4.1.	Controle preventivo .....	1235
5.4.2.	Controle repressivo .....	1235
5.4.2.1.	Político .....	1235
5.4.2.2.	Judicial .....	1236
5.5.	Do interventor federal .....	1237
5.6.	Cessação da intervenção .....	1237
6.	Intervenção nos Municípios .....	1238
<b>Capítulo IV ▶ Administração Pública .....</b>		<b>1241</b>
1.	Considerações gerais .....	1241
2.	Princípios da Administração Pública .....	1241
3.	Agentes públicos .....	1249
3.1.	Acesso a cargos, empregos e funções públicos .....	1255
3.2.	Acumulação de cargos, empregos e funções públicos .....	1261
3.3.	Direitos trabalhistas extensíveis aos cargos públicos .....	1262

3.4.	Estabilidade no serviço público .....	1264
3.4.1.	Estabilidade e emprego público .....	1265
3.5.	Sistema remuneratório .....	1266
3.5.1.	Irredutibilidade remuneratória .....	1268
3.5.2.	Tetos remuneratórios .....	1271
4.	Organização administrativa .....	1276
5.	Responsabilidade civil do Estado .....	1277
6.	Regimes próprios de previdência dos servidores públicos .....	1285
6.1.	Benefícios previdenciários .....	1285
6.1.1.	Abono de permanência .....	1292
6.1.1.A.	Aposentadoria voluntária e rompimento do vínculo com a Administração Pública .....	1293
6.1.2.	Cassação da aposentadoria .....	1294
7.	Regiões administrativas federais .....	1296
<b>Capítulo V ▶ Poder Executivo .....</b>		<b>1297</b>
1.	Considerações gerais .....	1297
2.	Presidente da República .....	1297
2.1.	Eleição e mandato .....	1297
2.2.	Substitutos e sucessores do Presidente da República .....	1298
2.2.1.	Substitutos .....	1298
2.2.2.	Sucessores .....	1299
2.3.	Perda do mandato .....	1300
2.4.	Atribuições do Presidente da República .....	1300
2.5.	Remuneração .....	1302
2.6.	Responsabilização .....	1302
2.6.1.	Crimes de responsabilidade vs. crimes comuns .....	1303
2.6.2.	Imunidade especial .....	1303
2.6.3.	Julgamento político por crimes de responsabilidade: o “impeachment” .....	1304
2.6.3.1.	Controle judicial do processo de “impeachment” .....	1307
2.6.4.	Julgamento por crimes comuns .....	1308
3.	Do Vice-Presidente da República .....	1310
4.	Dos Ministros de Estado .....	1310
5.	Poder regulamentar .....	1311
5.1.	Considerações prévias .....	1311
5.2.	Chefia do Executivo e poder regulamentar .....	1313
5.3.	Agências reguladoras e poder normativo .....	1316
6.	Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional .....	1317



6.1.	Conselho da República .....	1318
6.2.	Conselho de Defesa Nacional .....	1318
<b>Capítulo VI ► Poder Legislativo .....</b>		<b>1321</b>
1.	Organização .....	1321
1.1.	Mesas legislativas .....	1321
1.2.	Comissões parlamentares .....	1322
1.2.1.	Comissões parlamentares de inquérito – CPIs .....	1323
1.2.1.1.	Aspectos gerais .....	1323
1.2.1.2.	Abrangência dos poderes da CPI .....	1324
1.2.1.3.	Controle judicial .....	1326
1.2.1.4.	CPIs estaduais, distritais e municipais .....	1327
1.3.	Polícia e serviços administrativos .....	1328
1.4.	Conselho de Comunicação Social .....	1328
2.	Funcionamento e atribuições .....	1328
2.1.	Funções .....	1328
2.2.	Atribuições .....	1328
2.2.1.	Atribuições privativas da Câmara .....	1331
2.2.2.	Atribuições privativas do Senado .....	1332
2.3.	Legislatura e sessões legislativas .....	1333
2.4.	Reuniões .....	1333
3.	Estatuto dos Congressistas .....	1334
3.1.	Prerrogativas parlamentares .....	1334
3.1.1.	Imunidades .....	1335
3.1.1.1.	Imunidade material .....	1335
3.1.1.2.	Imunidade formal .....	1338
3.1.1.2.A.	Imunidade formal quanto às prisões .....	1338
3.1.1.2.B.	Imunidade quanto a processos criminais .....	1341
3.1.2.	Prerrogativa de foro .....	1342
3.1.3.	Outras prerrogativas parlamentares .....	1345
3.2.	Remuneração .....	1345
3.3.	Incompatibilidades .....	1346
3.4.	Perda do mandato .....	1347
3.4.1.	Cassação do mandato .....	1347
3.4.1.1.	Tipificação da quebra do decoro parlamentar e “monopólio da última palavra” .....	1348
3.4.1.2.	Infidelidade partidária .....	1349
3.4.2.	Extinção do mandato .....	1350
3.4.3.	Impedimento circunstancial à renúncia parlamentar .....	1352

3.4.4.	Princípio da simetria.....	1352
3.4.5.	Controle judicial.....	1352
3.5.	Suplência parlamentar.....	1353
4.	Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	1353
4.1.	Sistemas de controle.....	1353
4.2.	Dever de prestação de contas.....	1354
5.	Tribunais de contas.....	1355
5.1.	Princípio da simetria.....	1358
5.2.	Atribuições.....	1359
5.2.1.	Poder cautelar dos Tribunais de Contas.....	1362
5.3.	Rejeição de contas e inelegibilidade.....	1362
5.3.1.	Tribunais de Contas e rejeição de contas de chefe do Poder Executivo.....	1362
5.4.	Composição dos Tribunais de Contas.....	1363
<b>Capítulo VII ▶ Atos normativos e seu processo de formação legislativa .....</b>		<b>1367</b>
1.	Atos normativos primários e secundários.....	1367
2.	Espécies de atos normativos primários.....	1367
3.	Atividade legislativa.....	1368
3.1.	Lei em sentido formal vs. lei em sentido material.....	1368
3.2.	Atividade legislativa e seu caráter subsidiário.....	1369
3.3.	Atividade legislativa e princípio da simetria.....	1369
3.4.	Atividade legislativa e superação de decisões judiciais: o “ativismo congressional”.....	1370
3.4.1.	Ativismo congressional e reversão de decisões do controle concreto de constitucionalidade.....	1373
3.4.2.	Ativismo congressional e reversão de decisões do controle abstrato de constitucionalidade.....	1373
3.4.3.	Recentes casos de ativismo congressional.....	1374
4.	Elaboração, redação, alteração e consolidação dos atos normativos.....	1375
5.	Processo legislativo.....	1376
5.1.	Espécies de processo legislativo.....	1376
5.1.1.	Quanto às formas de organização política.....	1376
5.1.2.	Quanto ao tipo de procedimento.....	1376
5.2.	Fases do processo legislativo ordinário.....	1377
5.2.1.	Fase introdutória.....	1378
5.2.1.1.	Iniciativa.....	1378
5.2.1.1.A.	Iniciativa comum ou concorrente.....	1378
5.2.1.1.B.	Iniciativa reservada.....	1379

5.2.1.1.C.	Iniciativa reservada e emendas constitucionais .....	1382
5.2.1.1.D.	Iniciativa reservada conjunta.....	1383
5.2.1.1.E.	Iniciativa reservada solidária ou compartilhada .....	1383
5.2.2.	Fase constitutiva: a deliberação parlamentar.....	1384
5.2.2.1.	Discussão .....	1384
5.2.2.2.	Emenda.....	1384
5.2.2.3.	Titularidade do poder de emenda legislativa .....	1385
5.2.2.4.	Limites ao poder de emenda legislativa .....	1385
5.2.2.5.	Tramitação das emendas legislativas.....	1388
5.2.2.5.A.	Arbitragem legislativa da Casa iniciadora.....	1389
5.2.2.6.	Votação.....	1389
5.2.2.6.A.	Quórum de instalação da sessão .....	1390
5.2.2.6.B.	Quórum de votação .....	1390
5.2.2.6.C.	Tipos de votação.....	1391
5.2.2.6.D.	Regra da não repetibilidade .....	1393
5.2.2.6.D.1.	Regra específica da não repetibilidade.....	1393
5.2.3.	Fase constitutiva: a deliberação executiva .....	1394
5.2.3.1.	Sanção.....	1394
5.2.3.2.	Veto.....	1395
5.2.3.2.A.	Efeitos do veto.....	1396
5.2.3.2.B.	Apreciação do veto.....	1397
5.2.4.	Fase complementar.....	1398
5.2.4.1.	Promulgação.....	1398
5.2.4.2.	Publicação.....	1399
6.	Atos normativos primários em espécie.....	1400
6.1.	Emendas constitucionais .....	1400
6.2.	Leis complementares.....	1403
6.2.1.	Campo temático das leis complementares .....	1403
6.2.2.	Lei ordinária e invasão do campo temático da lei complementar: conflito hierárquico? .....	1404
6.2.3.	Lei complementar e invasão do campo temático da lei ordinária... ..	1404
6.2.4.	Lei complementar prevista em constituições estaduais e leis orgânicas distritais ou municipais.....	1405
6.3.	Leis ordinárias.....	1405
6.4.	Leis financeiras orçamentárias.....	1406

6.5.	Leis delegadas.....	1407
6.6.	Medidas provisórias .....	1408
6.6.1.	Pressupostos constitucionais formais .....	1409
6.6.1.1.	Pressupostos ligados ao “estado de necessidade” .....	1409
6.6.1.2.	Outros pressupostos formais .....	1409
6.6.2.	Pressupostos constitucionais materiais.....	1410
6.6.3.	Controle dos pressupostos formais e materiais .....	1411
6.6.4.	Processo legislativo das medidas provisórias.....	1412
6.6.4.1.	(In)constitucionalidade da prática de “devolver” a medida provisória ao Presidente da República .....	1414
6.6.5.	Precariedade normativa.....	1415
6.6.6.	Responsabilização do Presidente da República .....	1416
6.6.7.	Reedição e prorrogação do prazo de vigência de medidas provisórias.....	1416
6.6.8.	Medidas provisórias editadas antes da EC 32/2001 .....	1417
6.6.9.	Medidas provisórias no âmbito das demais entidades federativas .....	1417
6.7.	Decretos legislativos .....	1418
6.8.	Resoluções legislativas.....	1418
6.9.	Tratados internacionais.....	1419
6.9.1.	Direito internacional e direito interno: monismo vs. dualismo .....	1420
6.9.2.	Processo de internalização de tratados internacionais no direito brasileiro .....	1421
6.9.3.	Hierarquia normativa.....	1425
6.9.3.1.	Dos tratados internacionais em geral.....	1425
6.9.3.2.	Dos tratados internacionais sobre direitos humanos em geral.....	1426
6.9.3.3.	Dos tratados internacionais sobre direitos humanos incorporados com “status” de emenda constitucional... ..	1427
6.9.4.	Tratados internacionais e incompatibilidade com o direito interno .....	1428
6.9.5.	Tratados internacionais sobre direitos humanos e a EC 45/2004 ... ..	1429
6.9.5.1.	Teoria da recepção reforçada dos tratados internacionais sobre direitos humanos anteriores à EC 45/2004 .....	1431
6.9.6.	Revogação interna de normas advindas de tratados internacionais.....	1432
6.10.	Decretos autônomos.....	1434
6.11.	Regimentos internos e resoluções de tribunais.....	1435
6.12.	Súmulas vinculantes .....	1436
<b>Capítulo VIII ▶ Do Poder Judiciário .....</b>		<b>1443</b>
1.	Funções desenvolvidas pelo Poder Judiciário .....	1443
1.1.	Funções atípicas .....	1444

1.1.1.	Funções administrativas .....	1444
1.1.2.	Funções legislativas .....	1445
1.2.	Função típica: jurisdição.....	1446
1.2.1.	Simulacros jurisdicionais.....	1449
1.2.1.1.	Tribunais de contas.....	1449
1.2.1.2.	Justiça arbitral.....	1450
1.2.1.3.	Comissões parlamentares de inquérito (CPIs) .....	1450
1.3.	Ativismo judicial vs. autocontenção judicial.....	1451
2.	Estrutura do Poder Judiciário .....	1454
2.1.	Aspectos gerais.....	1454
2.1.1.	Particularidades .....	1456
2.1.1.1.	Tribunal do júri .....	1456
2.1.1.2.	Julgamentos e varas criminais colegiados de primeiro grau de jurisdição .....	1456
2.1.1.3.	Juiz de garantias .....	1456
2.1.1.4.	Regime de pagamentos de dívidas judiciais por precatórios ou por requisições de pequeno valor – RPVs .....	1459
2.2.	Supremo Tribunal Federal.....	1462
2.3.	Superior Tribunal de Justiça.....	1467
2.4.	Justiças especializadas .....	1472
2.4.1.	Justiça do Trabalho.....	1472
2.4.2.	Justiça Eleitoral .....	1474
2.4.3.	Justiça Militar .....	1476
2.4.3.1.	Justiça Militar da União .....	1477
2.4.3.2.	Justiça Militar dos Estados e do Distrito Federal.....	1479
2.5.	Justiça Comum.....	1482
2.5.1.	Justiça Federal .....	1482
2.5.2.	Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	1489
2.5.2.1.	Justiça Estadual.....	1490
2.5.2.2.	Justiça do Distrito Federal e Territórios.....	1491
2.5.3.	Juizados Especiais.....	1492
2.6.	Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	1495
2.6.1.	Composição e atribuições constitucionais .....	1495
2.6.2.	Questões polêmicas sobre a atuação do CNJ.....	1496
2.6.3.	Competência do STF para revisão de atos do CNJ (e do CNMP).....	1502
3.	Estatuto da magistratura nacional .....	1504
3.1.	Magistrados .....	1505
3.1.1.	Ingresso e movimentações na carreira.....	1506

3.1.1.1.	Quinto constitucional.....	1509
3.1.2.	Regime remuneratório e previdenciário.....	1510
3.2.	Da organização dos tribunais.....	1511
4.	Garantias, deveres e prerrogativas.....	1512
4.1.	Garantias.....	1512
4.1.1.	Garantias institucionais.....	1512
4.1.2.	Garantias funcionais.....	1513
4.1.2.1.	Garantias de independência.....	1513
4.1.2.2.	Garantias de imparcialidade.....	1516
4.2.	Deveres.....	1519
4.2.1.	Em especial: restrições à liberdade de expressão dos magistrados.....	1520
4.2.2.	Penalidades.....	1521
4.3.	Prerrogativas.....	1524
<b>Capítulo IX ▶ Das funções essenciais à Justiça.....</b>		<b>1527</b>
1.	Considerações gerais.....	1527
2.	Ministério Público.....	1527
2.1.	Garantias institucionais.....	1528
2.2.	Composição do Ministério Público.....	1529
2.2.1.	Ministério Público da União.....	1529
2.2.2.	Ministério Público dos Estados.....	1533
2.2.3.	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.....	1534
2.2.4.	Conflitos de atribuição entre órgãos ministeriais.....	1535
2.3.	Princípios institucionais.....	1536
2.4.	Ingresso na carreira.....	1538
2.5.	Garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público.....	1539
2.5.1.	Garantias constitucionais.....	1539
2.5.2.	Prerrogativas.....	1540
2.6.	Vedações constitucionais.....	1540
2.7.	Funções institucionais.....	1541
2.8.	Conselho Nacional do Ministério Público.....	1547
3.	Advocacia.....	1548
4.	Advocacia Pública.....	1552
5.	Defensoria Pública.....	1555
<b>Capítulo X ▶ Sistema constitucional das crises, Forças Armadas e segurança pública.....</b>		<b>1563</b>
1.	Sistema constitucional das crises.....	1563
1.1.	Conceito.....	1563

1.2.	Princípios gerais.....	1563
1.3.	Sistemas.....	1563
2.	Regime brasileiro de defesa do Estado e das instituições democráticas.....	1564
2.1.	Estado de defesa.....	1564
2.1.1.	Pressupostos materiais.....	1564
2.1.2.	Pressupostos formais.....	1564
2.1.3.	Efeitos e execução.....	1565
2.1.4.	Controles.....	1565
2.1.4.1.	Político.....	1565
2.1.4.2.	Judicial.....	1566
2.2.	Estado de sítio.....	1566
2.2.1.	Pressupostos materiais.....	1566
2.2.2.	Pressupostos formais.....	1567
2.2.3.	Efeitos, limites e execução.....	1567
2.2.4.	Controles.....	1568
2.2.4.1.	Político.....	1568
2.2.4.2.	Judicial.....	1569
2.2.5.	Suspensão de garantias jurisdicionais.....	1569
3.	Forças Armadas.....	1570
3.1.	Atuação institucional.....	1571
3.1.1.	Atribuições constitucionais.....	1571
3.1.2.	Atribuições legais.....	1574
3.2.	Peculiaridades do regime jurídico dos militares das Forças Armadas.....	1576
3.3.	Serviço militar obrigatório.....	1578
4.	Segurança pública.....	1578
4.1.	Polícia de segurança vs. polícia administrativa.....	1578
4.2.	Órgãos de segurança pública.....	1582
4.2.A.	Polícias legislativas podem exercer funções de polícia judiciária?.....	1583
4.2.1.	Polícias legislativas e/ou judiciais podem exercer funções de polícia judiciária?.....	1584
4.2.2.	Lavratura de TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência: competência exclusiva de polícia judiciária?.....	1585
4.2.3.	Ministério Público e funções investigativas.....	1586
4.2.4.	Atividade policial e incompatibilidade com o exercício da advocacia.....	1587
4.2.5.	Organização federativa da segurança pública.....	1588
4.2.5.1.	Órgãos federais de segurança pública.....	1589
4.2.5.2.	Órgãos estaduais de segurança pública.....	1590
4.2.5.3.	Órgãos distritais de segurança pública.....	1591

4.2.5.4.	Órgãos de segurança pública nos Territórios Federais ..	1592
4.2.5.5.	Órgãos de segurança pública nos Municípios.....	1593

<b>Capítulo XI ▶ Sistema Tributário Nacional, finanças públicas e Sistema Financeiro Nacional.....</b>	<b>1595</b>
1. Sistema tributário nacional.....	1595
1.1. Considerações gerais.....	1595
1.2. Tributos e espécies tributárias.....	1595
1.3. Competência tributária.....	1598
1.3.1. Características.....	1600
1.3.2. Tipologia.....	1601
1.4. Impostos previstos na Constituição de 1988.....	1603
1.4.1. Impostos previstos pela Reforma Tributária de 2023 .....	1604
1.4.A. Regime tributário especial e simplificado aplicável às micro e pequenas empresas.....	1605
1.5. Limitações ao poder de tributar .....	1605
1.6. Princípios constitucionais tributários .....	1607
1.6.1. Princípio da reserva legal tributária.....	1607
1.6.1.1. Reserva legal tributária e obrigações tributárias acessórias .....	1611
1.6.2. Princípio da não retroatividade tributária .....	1613
1.6.3. Princípio da anterioridade.....	1615
1.6.4. Princípio da isonomia tributária .....	1618
1.6.5. Princípio da capacidade contributiva .....	1619
1.6.6. Princípio da uniformidade tributária nacional .....	1621
1.6.7. Princípio do não confisco tributário.....	1621
1.6.8. Princípio da não diferenciação tributária.....	1623
1.6.9. Novos princípios catalogados pela EC 132/2023.....	1623
1.6.10. Outros princípios tributários .....	1625
1.7. Imunidades.....	1626
1.7.1. Conceitos afins.....	1626
1.7.2. Tipos de imunidade tributária.....	1628
1.7.2.1. Imunidade tributária recíproca .....	1628
1.7.2.2. Imunidade tributária religiosa .....	1631
1.7.2.3. Imunidade tributária cultural.....	1632
1.7.2.4. Imunidade tributária dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos tributária religiosa.....	1633
1.7.2.5. Outras imunidades .....	1636



1.8.	Repartição de receitas tributárias .....	1637
1.8.1.	Participação no produto do tributo da competência de outra entidade federativa .....	1637
1.8.2.	Participação no produto de tributos de receita compartilhada .....	1638
1.8.3.	Participação em fundos .....	1639
1.8.4.	Transparência e controle das distribuições de receitas tributárias.....	1640
1.9.	Regime de desvinculação de receitas tributárias .....	1642
2.	Finanças públicas e direito financeiro .....	1643
2.1.	Conceitos básicos.....	1643
2.1.1.	Receitas públicas.....	1643
2.1.2.	Despesas públicas .....	1647
2.1.2.1.	Limitação das despesas públicas com pessoal.....	1648
2.1.3.	Crédito e dívida públicos.....	1651
2.2.	Normas gerais sobre direito financeiro.....	1653
2.3.	Orçamentos públicos .....	1654
2.3.1.	Orçamento autorizativo vs. orçamento impositivo .....	1654
2.3.2.	Orçamento-programa .....	1659
2.3.3.	Orçamento “secreto” .....	1659
2.4.	Princípios orçamentários .....	1661
2.5.	Leis orçamentárias.....	1668
2.5.1.	Anomia orçamentária .....	1671
2.6.	Vedações financeiras e orçamentárias .....	1674
2.7.	Repasses de duodécimos orçamentários .....	1676
2.8.	Regimes Fiscais Extraordinários.....	1678
2.8.1.	Novo Regime Fiscal federal.....	1679
2.8.2.	Regime Fiscal Emergencial aplicável a Estados, DF e Municípios.....	1679
2.8.3.	Regime extraordinário fiscal para calamidades públicas de âmbito nacional .....	1681
3.	Sistema financeiro nacional.....	1682
3.1.	Banco Central do Brasil .....	1686
<b>Capítulo XII ▶ Da ordem econômica .....</b>		<b>1689</b>
1.	Conceitos iniciais .....	1689
1.1.	Ordem econômica .....	1689
1.2.	Sistema econômico .....	1689
1.3.	Regime econômico .....	1691
2.	Direito econômico .....	1692
2.1.	Objeto.....	1692
2.2.	Sujeitos .....	1693

2.3.	Autonomia científica .....	1693
3.	Tratamento constitucional da ordem econômica .....	1693
3.1.	Fundamentos da ordem econômica .....	1694
3.2.	Finalidades da ordem econômica .....	1698
3.3.	Princípios da ordem econômica .....	1698
4.	Formas de atuação do Estado na ordem econômica .....	1705
4.1.	Serviços públicos .....	1707
4.2.	Intervenção do Estado na ordem econômica .....	1708
4.2.1.	Intervenção direta .....	1708
4.2.2.	Intervenção indireta .....	1712
4.3.	Planejamento .....	1714
<b>Capítulo XIII ▶ Da ordem social .....</b>		<b>1715</b>
1.	Considerações gerais .....	1715
2.	Seguridade social .....	1715
2.1.	Saúde .....	1719
2.2.	Previdência social .....	1724
2.2.1.	Regime Geral de Previdência Social (RGPS) .....	1725
2.2.2.	Regimes próprios de previdência social de servidores públicos – RPPSs .....	1731
2.2.3.	Regimes complementares de previdência social .....	1736
2.3.	Assistência social .....	1738
3.	Educação .....	1740
4.	Cultura .....	1749
5.	Desporto .....	1751
6.	Ciência, tecnologia e inovação .....	1754
7.	Comunicação social .....	1755
8.	Meio ambiente .....	1760
9.	Família, criança, adolescente, jovem, pessoa idosa e pessoas com deficiência .....	1770
9.1.	Família .....	1770
9.2.	Criança, adolescente e jovem .....	1777
9.3.	Pessoa idosa .....	1779
9.4.	Pessoa com deficiência .....	1780
10.	Comunidades indígenas .....	1784
10.1.	Marco temporal e demarcação de terras indígenas .....	1790
<b>Bibliografia .....</b>		<b>1793</b>